

Resenha: Maria da Conceição de Almeida
Antropóloga, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O Método 6 – ÉTICA

Autor: Edgar Morin
Tradução: Juremir Machado da Silva
Editora Sulina, Porto Alegre, 222 páginas

“A ética se manifesta em nós de maneira imperativa, como exigência moral”. Esse imperativo origina-se de três fontes interligadas entre si: uma fonte interior ao indivíduo, que se manifesta como um dever; outra externa, constituída pela cultura, e que tem a ver com a regulação das regras coletivas; e, por fim, uma fonte anterior, originária da organização viva e transmitida geneticamente.

Esse macro argumento que abre a Introdução do Método 6 de Edgar Morin, é um divisor de águas no oceano das inumeráveis interpretações filosóficas e sociológicas sobre ética. E isso porque, via de regra, essas interpretações encarceram a ética num mundo noológico autônomo, dirigido por uma consciência transcendente e uma razão ideal; ou numa axiomática da moral coletivista, difusa e universal; ou no domínio das contingências individuais e das singularidades subjetivas, que acabam por degenerar a ética em *moralia*, conforme expressão de Nietzsche. Pautadas na concepção da condição humana extirpada dos domínios da vida e da matéria, e na noção antropocêntrica de sujeito, ou seja, limitada à experiência humana, as interpretações clássicas da ética apresentam hoje suas brechas e insuficiências.

No novo patamar inaugurado por Edgar Morin, a tríade indivíduo-sociedade-espécie, tanto quanto a dialógica natureza-cultura e individual-coletivo servem de tela para reconstruir a idéia de ética no intercruzamento da história da vida, da história da cultura e da história individual. Isso só é possível porque a concepção de sujeito elaborada pelo autor ao longo de toda sua obra vale, como ele próprio anuncia no Método 6, para todo ser vivo – mesmo que o *sapiens-demens* opere uma diáspora sem precedentes no interior da história do vivo pela complexificação do padrão de inacabamento e pela propensão à diversidade e

conseqüente singularização do sujeito bio-social. Distante de qualquer biologismo, essa compreensão do sujeito supõe uma ética encarnada, incerta, ambígua, complexa. Oscilamos permanentemente entre razão, afetividade e pulsão. Temos que nos haver, ao mesmo tempo com o princípio de *inclusão*, que responde pela consciência do “nós”, propiciada pelo coletivo e próximo (mãe, família, partido, grupo ou pátria) e com o princípio de *exclusão*, que garante nossa identidade singular (eu mesmo).

Na contingência de todas as pequenas e grandes decisões e escolhas, reatualizamos, permanentemente, aprendizagens do passado não propriamente humano e, a partir delas, construímos novos padrões de escolhas e respostas cada vez menos estigmatizadas, cada vez mais complexas e indeterminadas. O sujeito humano se engendra, no interior das contingências sócio-históricas e bio-culturais - outra forma de dizer que ele emerge do interior de reorganizações não exclusivamente humanas, históricas e sociais. Para Morin, é possível distinguir, mas não isolar, nem contrapor, os domínios individuais, sociais e biológicos que juntos configuram o paradigma aberto e inacabado da espécie humana, do sujeito e da ética.

Somente porque parte de uma concepção complexa do sujeito, é possível ao autor reconsiderar a noção de ética num patamar epistemológico igualmente complexo. Se oscilamos entre pulsão, razão e afetividade (concepção do cérebro triúnico de Mac Lean); se oscilamos entre egoísmo e altruísmo, a ética só pode ser pensada como estratégia, aposta provisória, decisão e risco, convicção pessoal que admite auto-engano. A ética é complexa por ter sempre de ‘enfrentar a ambigüidade e a contradição’; por estar exposta a incerteza; por se situar no limite difuso entre o bem e o mal.

Composto por cinco partes – O pensamento da ética e a ética do pensamento; Ética, ciência e política; Auto-ética; Sócio-ética; Antropoética; e pelas Conclusões éticas -, o livro desdobra a magistral obra sobre *O Método*, constelada agora por seis volumes e iniciada com o *Método 1*, publicado pela primeira vez em 1977. Sensivelmente mais palatável que alguns dos volumes que o precede, o *Método 6* expressa bem a passagem do conhecimento científico esotérico (acessível apenas aos iniciados) para um conhecimento exotérico

(aberto a comunidade maior). E mais: como de resto em todos os livros de Edgar Morin, também nesse, os argumentos têm a marca do autor; o sujeito se mostra e assume, explicitamente, a subjetividade que, queiramos ou não, está presente na escritura da ciência. Como se não bastasse esse mostrar-se por inteiro nos argumentos, o autor nos brinda pela primeira vez com o que chama de *notas introspectivas* – lugar aonde ele extravasa suas auto-análises.

Para tecer o frágil e incerto horizonte da ética, Edgar Morin faz uso abundante de exemplos históricos e de romances clássicos – esses últimos, verdadeiros operadores cognitivos complexos para a compreensão da ambigüidade que parasita a ética. A prostituta Sônia, do romance *Crime e Castigo* de Dostoiévsky, o monsenhor Myriel, de *Os Miseráveis* de Victor Hugo, tanto quanto outros personagens e romances, se fazem presentes para problematizar a difícil arte do perdão, os limites da compreensão, a incerteza ética. O camponês do romance *Quatre-vingt-treize* de Victor Hugo, que salva um chefe contra-revolucionário o qual, em seguida, manda fuzilar três mulheres, faz uma pergunta crucial e desconcertante: “Então, uma boa ação pode ser uma má ação?”

O livro expõe com vivacidade e crueza processos e eventos que operaram no limite ou no centro da barbárie, da intolerância, do totalitarismo e promoveram genocídios irreparáveis no curso de nossa história recente. Nazismo, stalinismo, escravidão, Gulag, Auschwitz, Terrorismo... Forças do mal? Degenerências e desvio de boas intenções? Bestialização coletiva? Como identificar o responsável, se se trata de um processo de responsabilidades em cadeia, desde o tipo de Hitler e Stalin, até os executores dos campos de morte? “Quando Hannah Arendt escreve sobre Eichmann, ela o vê como uma engrenagem da máquina criminoso e é a mediocridade desse funcionário perfeito que a choca. Ela percebeu também que o absurdo Auschwitz não seria compensado com uma pena de morte”, diz Morin.

Há que se considerar também que o binômio intenções-ações se encerra num paradoxo. Nada garante à partida que uma boa intenção não se degenere em atrocidades futuras. As boas ações podem gerar maus resultados e o inverso. Assim como o pensamento complexo, a ética complexa não escapa ao problema

da contradição. Há sempre incerteza escondida sob a aparência unívoca do bem e do mal. É preciso romper com o código binário bem-mal, justo-injusto. Para o autor, a crença numa ética superior com finalidades emancipatórias universais toma, quase sempre, ilusões por verdade. Daí a necessidade da vigilância ética e do exercício do '*pensar bem*' proposto por Pascal.

A vigilância ética e o exercício do *pensar bem* se constituem em pólos cognitivos importantes. Se não são antídotos contra o auto-engano e as forças do mal que nos constituem, pelos menos alertam para o perigo, sempre próximo, da ação que impulsiona a crueldade do mundo. Mesmo que se possa distinguir, é necessário ter consciência do vínculo entre consciência intelectual e consciência moral. E isso porque, ao contrário da "ciência moderna [que] alicerçou-se sobre a separação entre juízo de fato e juízo de valor, ou seja, entre, de um lado, o conhecimento e, do outro, a ética", é crucial reconhecer o parasitarismo mútuo entre esses dois terrenos.

É no interior do paradoxo que se situa a ética para Edgar Morin. É distante da fragmentação, dos determinismos, da universalidade, do culpado único, do estereótipo do 'homem bom' e acima de qualquer suspeita, que situa a ética complexa. Em várias partes do livro, a reflexão sobre a ética na ciência volta à tona. Não porque o autor privilegie esse dispositivo da cultura em detrimento dos outros, mas porque se esmera em demonstrar os elos que ligam ciência, sociedade, política, técnica, sujeito. A necessidade de compreender a ecologia da ação é um argumento central e ao mesmo tempo uma proposta que transversaliza todo o livro. A ecologia da ação supõe a compreensão da relação estreita entre convicções e ações, entre teoria e ação, entre individual e coletivo, entre política e vida cotidiana. Trata-se de uma rede que interconecta o mais fugaz de todos os atos ao mais esplêndido produto da ciência.

Ter consciência de como opera a ecologia da ação certamente faz diferença para pensar a bioética, por exemplo. Dada a arbitrariedade das decisões como a que diz respeito ao começo da vida – óvulo?, nascimento da ciência? quando o coração começa a pulsar no feto? – é importante assumir compromissos sempre provisórios. Sobretudo porque, ética remete a escolha, aposta, estratégia. As questões colocadas pelo autor a esse respeito, extrapolam qualquer maniqueísmo

e permitem ao leitor refletir sobre problemas essenciais do nosso tempo: “é absolutamente ético querer incondicionalmente salvaguardar a natureza do homo-sapiens? Ou não seria ético querer melhorar essa natureza, inclusive por meios biológicos?” Longe de optar entre o naturalismo e a bioengenharia, o que temos no livro é mais propriamente a formulação de questões e problemas que desencastelam a ciência e cobra dela sua missão de copartícipe nas decisões de toda ordem – política, social, individual, coletiva.

Assumir a relação entre ciência, política e ética, e se ater a ambigüidade de cada uma delas em sua ação conjunta configura um axioma importante no livro. Lembra o autor que o problema da ciência vai além dos cientistas. Citando Clemenceau, para quem “a guerra é um assunto sério demais para ser deixado nas mãos dos militares”, Morin sublinha que “a ciência é um assunto sério demais para ser deixado nas mãos dos homens de Estado”. Uma ética complexa reconhece que a ciência tornou-se também um problema cívico, de cidadãos. Daí porque é fundamental investir numa *democracia cognitiva* e no fim do esoterismo da ciência.

Ter consciência de que não somos o centro de tudo, mas sujeitos ligados a outros sujeitos e de que, conforme ensina a cosmologia contemporânea, além da identidade terrestre, temos uma identidade cósmica (porque somos constituídos de partículas formadas desde o começo do universo, de átomos forjados num sol anterior ao nosso e de moléculas que se juntaram na Terra), muda certamente a forma de ver a nós e ao mundo, de compreender nossa ligação com todas as coisas. Isso tem a ver com a arte de saber viver. Tem a ver também com a tomada de consciência de que o desenvolvimento tecnoeconômico leva à degradação da biosfera, das nossas sociedades e das nossas vidas. Isso nos conduz para uma *ecosofia*, proposta por Félix Guattari, nas palavras de Morin, “uma sabedoria coletiva e individual que exige a salvaguarda da nossa relação com a natureza viva”.

Excedendo em muito o diâmetro de ação da ética clássica, portanto da ética como campo individual de escolha, uma ética complexa produz uma mudança filosófica e nos conduz “a uma sabedoria antropológica: renunciar ao controle e à dominação do mundo, estabelecer uma ‘nova aliança’ com a

natureza, conforme os termos de Prigogine e Stengers, sabendo que somos filhos e órfãos do cosmos, pois dele nos distanciamos pela cultura e pela consciência”.

Uma “ética complexa como um metaponto de vista comportando uma reflexão sobre os fundamentos e os princípios da moral” torna-se, pois, urgente para enfrentar os desafios, os paradoxos e o imponderável que emergem da complexa teia entre o juízo pessoal, os princípios morais cristalizados socialmente e a simbiótica relação entre bem e mal que parasita os fenômenos sociais e históricos porque, adormecidos, acometem a todos nós. Se o ponto de partida a ser acionado, permanentemente e sem trégua, se situa na auto-análise que se abre à análise do outro, essa auto-análise “deveria ser ensinada desde o começo do ensino fundamental para se tornar uma prática tão costumeira quanto a cultura física”. Ela “deveria e poderia ser desencadeada e estimulada por uma pedagogia”.

Entre as várias lições explícitas no *Método 6 – Ética*, uma diz respeito à “lição ética essencial: incorporar nossas idéias em nossas vidas”. Num tom fortemente estético e político, o autor argumenta em favor da *ética da responsabilidade e da convicção*, atitude que põe para girar um círculo trinitário: auto-ética, sócio-ética, antropolítica. Movido por complementaridades, concorrências e antagonismos, esse triado se torna uma *estratégia* para enfrentar a ilusão do bem universal. Para tal, o exercício da introspecção é fundamental. Citando Jung, para quem, “a humanidade sofre de uma enorme carência de introspecção”, e Paul Diel, que fala da pertinência de reabilitar a introspecção nas ciências humanas, Morin assevera que “a introspecção não pode ficar isolada, ela se torna complexa pela análise do outro, a extrospecção”. Trata-se, diz ele, de um longo trabalho de aprendizagem e de enraizamento da reflexividade. Introspecção e reflexividade estão, portanto, muito distantes da idéia de auto-reflexão confessional, íntima e solitária.

A concepção de auto-ética se gesta, no livro, no interior de um desdobramento argumentativo que inclui as noções de *cultura psíquica, ética da responsabilidade, da religião, de liberdade, amor, compreensão, magnanimidade e perdão, arte de viver*.

Num dos centros difusos da ética está a questão do perdão. Mas o perdão é um ato limite. Comporta uma dessimetria essencial, indo além da renúncia à punição: no lugar do mal pelo mal, devolve o bem pelo mal. Não se limita a um ato de indulgência, “supõe ao mesmo tempo compreensão e recusa da vingança”. Citando Victor Hugo que disse ‘esforço-me em compreender para perdoar’, Morin complementa dizendo: “compreender um ser humano significa não reduzir a sua pessoa à falta ou ao crime cometido”. Fazendo dialogar exemplos históricos, interpretações científicas e a construção literária, discute os princípios que estariam na base do perdão de Jesus à Madalena e aos seus torturadores (‘quem não tem nenhum pecado atire a primeira pedra’; e ‘pai, perdoai, eles não sabem o que fazem’); do perdão de Sônia a Raskolnikov; e do perdão político nas palavras de Mandela: ‘perdoemos, mas não esqueçamos’. Em relação a esse último, discute a relação entre perdão e memória.

Quais seriam os limites de compreensão e perdão nos casos de regimes totalitários, da intolerância étnica e religiosa, das ecatombes provocadas pelo Estado nazista e pelo Estado soviético, dos massacres sofridos pelos índios da América, da escravidão negra? Nem sempre é possível compreender, perdoar.

O perdoável e o imperdoável apresentam-se como um paradoxo. Esse argumento, construído por Vladimir Jankélévich e referido por Morin, permite a dura conclusão de que, “num certo limite, como a tortura e o assassinato de uma criança, o perdão perde sentido. A punição é irrisória; o perdão, imperdoável”. No centro da reflexão sobre a impossibilidade do perdão, da correção do mal e da punição, Morin lembra o caso do sangue contaminado em hospitais da França. Punir quem, nesse caso, quando o problema é consequência da “soma de cegueiras oriundas da burocratização, da compartimentalização, da especialização, da rotina”? Os relatórios alarmantes de alguns médicos não eram sequer lidos e os grandes caciques da ciência e da medicina não acreditavam que um vírus pudesse provocar a AIDS, diz.

Tecida e problematizada no interior de uma antropologia complexa e fundamental, a ética de Edgar Morin não vislumbra nenhum evangelho de salvação. Antes, talvez, um ‘evangelho de perdição’. Antes, talvez, um labirinto sem Ariadne, nem fio condutor. E isso porque, longe do angélico, “a ética não

tem as mãos sujas, mas não tem tampouco as mãos limpas". Isso porque, como quer Saramago, no Evangelho Segundo Jesus Cristo, Deus e Satã são duas figuras do mesmo. O pior da crueldade e o melhor da bondade do mundo estão no ser humano. Somos um misto de barbárie e 'ilhas de bondade'. Mas esse complexo de bem e mal não ensaia nenhum horizonte imobilista e derrotista. Ao contrário, num argumento desafiador, Edgar Morin conclui que, mesmo que as forças de ligação sejam minoritárias em relação às forças de dispersão, mesmo que a crueldade e a barbárie sejam majoritárias, é preciso de forma obstinada e incansável apostar nas ilhas de bondades. A ética de resistência à crueldade do mundo é também ética de aceitação do mundo. A referência, por duas vezes no livro, à expressão de Beethoven – *Muss es sein? Es muss seins!* Será que isso pode/deve ser? Isso pode/deve ser! – condiz com o perfil de uma ética da aposta nos fragmentos do bem imersos no oceano de barbárie e maldade.